

**ACCOUNTABILITY NO TERCEIRO SETOR:  
COMO AS ORGANIZAÇÕES CIVIS PRESTAM CONTAS DAS SUAS  
ATIVIDADES**

Olívia Cristina Perez<sup>1</sup>  
Thamires da Silva Brito<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este estudo aborda um tema pouco estudado no Brasil, trata-se de *accountability*. O objetivo é sistematizar como as organizações do terceiro setor em Santos prestam contas de suas atividades. Para tanto, identificou-se as organizações do terceiro setor do município de Santos que pertencem ao Sistema de Proteção Especial. Posteriormente foram aplicados questionários no intuito de constatar como as organizações prestam contas dos trabalhos realizados. Constatou-se que todas as instituições zelam pela transparência e credibilidade de seus projetos sociais desenvolvidos junto à comunidade, praticando *accountability* através de relatórios, publicação do balanço, demonstrativos financeiros e ofícios.

**Palavras-chave:** *Accountability*. ONGs. Terceiro Setor.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política e Professora titular na Universidade Paulista (UNIP/Santos).  
oliviaperez@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Administração de empresas pela Universidade Paulista (UNIP/Santos).  
thamiresdasilvabrito@bol.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a *accountability* nas organizações do terceiro setor no município de Santos. Considerando que as práticas de prestação de contas das organizações do terceiro setor não são explícitas, este estudo visa descrever de que forma este processo acontece e como está sendo elaborado.

*Accountability* é um conceito moderno sobre prestação de contas, e não existe uma palavra única que o expresse em português. De acordo com Mota (2006) a *accountability* consiste na relação obrigacional que determina que quando são recebidas verbas de alguém esta deve prestar esclarecimentos de seus atos. É necessário que as organizações responsáveis por arrecadação de verbas para determinados fins informem de alguma maneira seus doadores, justificando, por exemplo, como a verba foi utilizada.

O terceiro setor é definido por Coelho (2000) como um termo usado para nomear um conjunto de associações e organizações que atuam no país sem finalidade lucrativa. Tal setor tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida de quem precisa.

Dentro do terceiro setor destacam-se as organizações não-governamentais (ONGs). Após a segunda guerra mundial agravaram-se problemas sociais como a pobreza, violência, conflitos religiosos, sociais e políticos. O mundo se viu diante destes problemas, cujas soluções dependiam da intervenção da sociedade para preencher tais lacunas do Estado. (TENÓRIO, 2005 p.11). Deste modo, surgiram as ONGs.

As organizações do terceiro setor são alvos constantes de denúncias. Aliás, foi criada em 2007 no Senado Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que teve por objetivo apurar as denúncias veiculadas pela imprensa a respeito da atuação irregular de Organizações Não-Governamentais – ONGs em território nacional, bem como apurar a interferência dessas organizações em assuntos indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo daquelas que são atuantes na Região Amazônica (SENADO FEDERAL, 2010).

A CPI apurou a atuação irregular de várias organizações e que a terceirização de programas de governo, nas mãos de ONGs, resulta em problemas de controle sobre recursos públicos. São numerosos os casos de fraudes, concluindo que há indícios de pouca responsabilidade e de duvidosa eficácia na aplicação desses recursos (SENADO FEDERAL, 2010). Além disso, a pulverização desordenada de projetos de ONGs aceitos pelos gestores governamentais nunca chega a se constituir em políticas públicas coerentes.

Logo, este campo precisa ser analisado detalhadamente, pois não se sabe de quais formas as instituições do terceiro setor prestam contas de suas atividades. Ou seja, o problema da *accountability* nas organizações do terceiro setor foi escolhido pois o público em geral não possui conhecimento sobre como as instituições do terceiro setor prestam contas dos seus projetos, mesmo que estes partam de suas próprias doações. Ademais, a literatura sobre os mecanismos de *accountability* - em especial envolvendo organizações do terceiro setor - no Brasil é escassa. Nesse sentido, este estudo visa esclarecer esta questão, contribuindo para maior transparência destas organizações que trabalham com Sistema de Proteção Social Especial do município de Santos.

Em síntese, no presente estudo são descritas quais são as organizações do terceiro setor conveniadas com a Prefeitura de Santos, como e através de quais meios conseguem manter seus programas sociais e como aplicam a *accountability* em seus procedimentos organizacionais.

## 2 METODOLOGIA

Para elaborar a pesquisa, foram levantadas todas as instituições do município de Santos conveniadas a Prefeitura Municipal no Sistema de Proteção Social Especial - oito organizações no total. Nas oito organizações foram aplicados questionários no segundo semestre de 2013.

De forma detalhada, para identificar estas organizações foi realizado contato por e-mail com o Conselho Municipal de Assistência Social o qual forneceu uma lista composta por nomes de 8 organizações conveniadas ao Sistema de Proteção Especial. Em seguida todas foram contatadas - através de telefonemas e endereços eletrônicos das mesmas - para a obtenção de algumas informações iniciais.

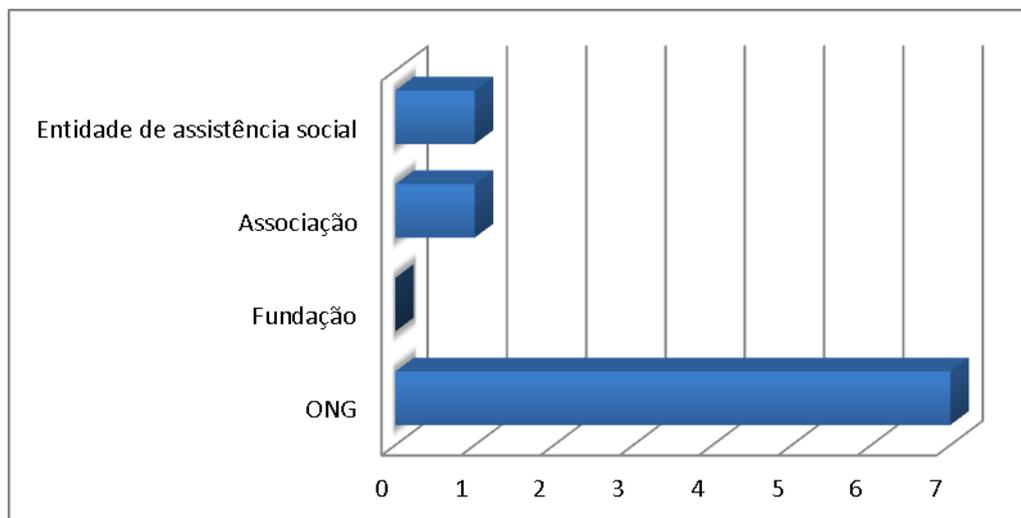
No mês de Agosto foram realizados agendamentos de visitas para a aplicação de questionário, e dentro do mesmo período estas visitas foram concretizadas. O núcleo de perguntas versava sobre *accountability* e terceiro setor.

Todas as organizações responderam as questões. Os gráficos foram confeccionados com base nessas oito entrevistas realizadas nas instituições da cidade de Santos em 2013.

## 3 RESULTADOS

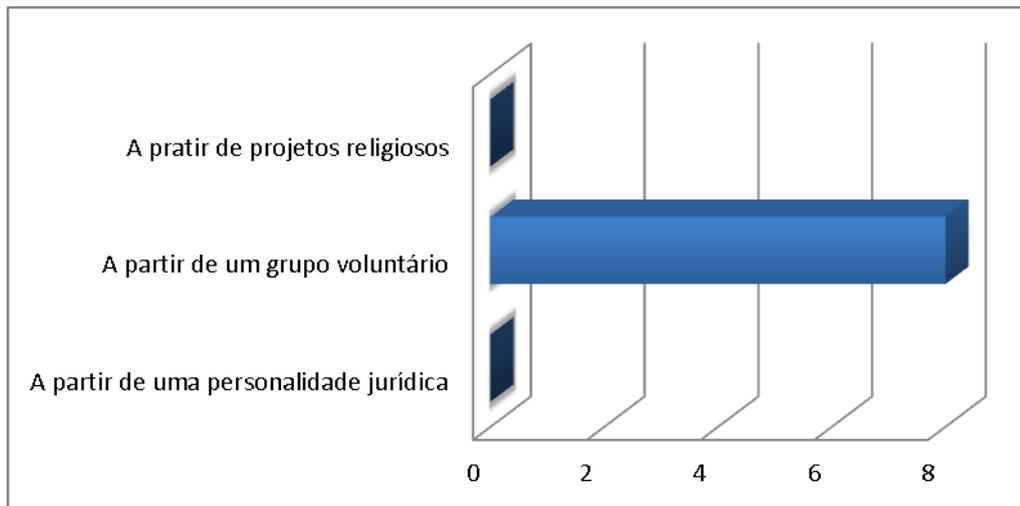
A seguir são apresentados os dados coletados através dos questionários. Os gráficos foram confeccionados com base em oito entrevistas realizadas nas instituições do terceiro setor vinculadas ao Sistema de Proteção Especial da cidade de Santos no período de Agosto a Setembro de 2013,

**Gráfico 1 – Classificação da organização**



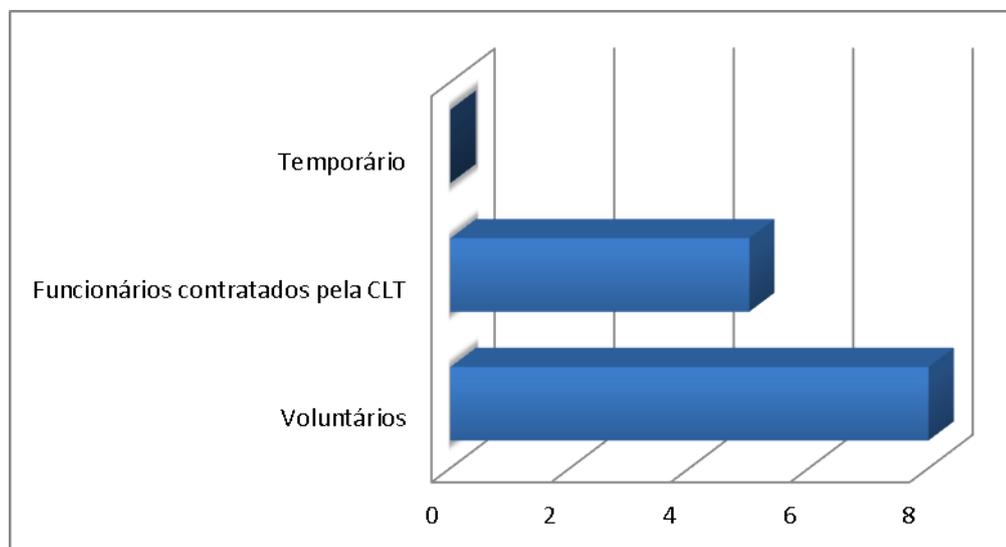
A maioria das instituições se auto classifica como ONGs, enquanto somente 1 se classifica como entidade e associação. A questão permitia mais de uma resposta. De acordo com Fernandes (1995) o terceiro setor pode ser definido então como organizações sem fins lucrativos e não governamentais como Fundações, associações Entidades Benéficas, e ONGs. No entanto, só são reconhecidos juridicamente as associações ou fundações. Isso demonstra a ausência de conhecimento acerca das normas e definições jurídicas aplicadas ao terceiro setor.

**Gráfico 2 – Criação da organização**



Todas as organizações foram criadas a partir de um grupo de voluntário. A partir da ideia de voluntariado tais grupos conseguiram se estabelecer a ponto de criar uma instituição. De acordo com Paes (2006), o terceiro setor pode ser caracterizado como uma grande rede de organizações autônomas, que foi criado para atender a grande demanda de necessidades da sociedade.

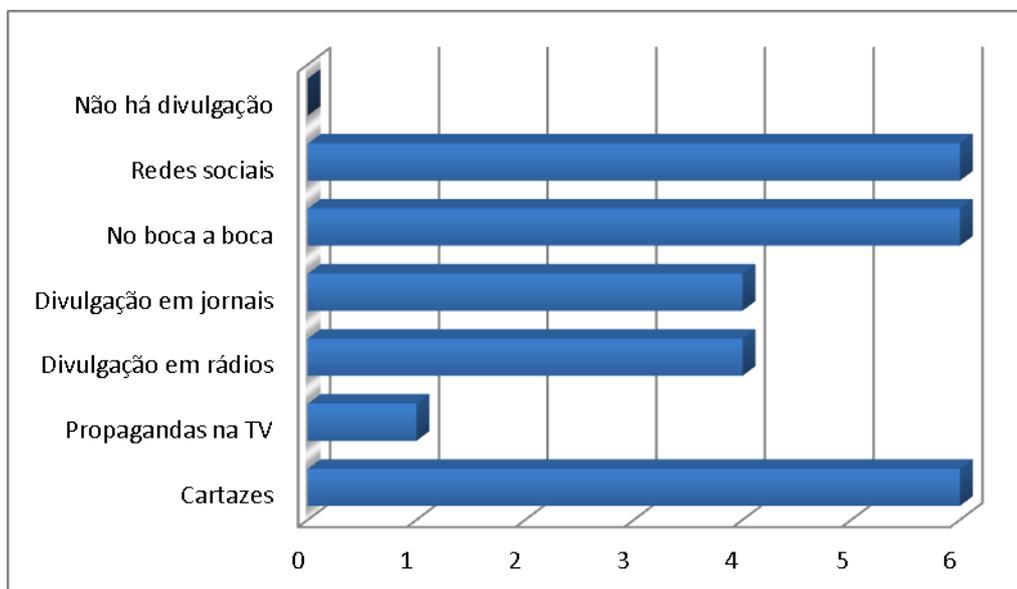
**Gráfico 3 – Classificação dos colaboradores**



De acordo com a pesquisa aplicada, todas as instituições possuem voluntários e 5 delas possuem também funcionários contratados pela CLT. A ênfase do voluntariado remete à própria criação da instituição, já que as mesmas foram criadas por grupos de voluntários. O terceiro setor não se caracteriza por investimentos intensivos de capitais, e sim pelo seu intensivo trabalho voluntário (FERNANDES, 1995). A participação de voluntários e funcionários é importante para o desenvolvimento administrativo e social da entidade. As atividades realizadas como bingo, xadrez, leitura, cursos de artesanato, costura, entre outros são aplicados de acordo com o conhecimento de alguns voluntários das instituições.

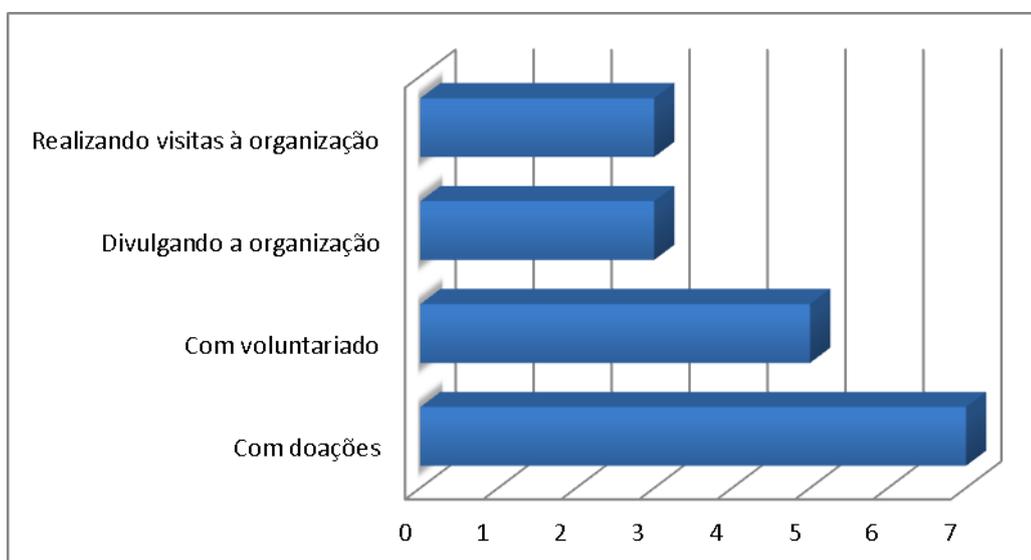
Também é importante a existência de funcionários contratados para adquirir algumas características administrativas. A administração dos valores recebidos, relatórios de prestação de contas e lucro de vendas do bazar geralmente é feita por profissionais.

**Gráfico 4 – Divulgação dos trabalhos realizados**



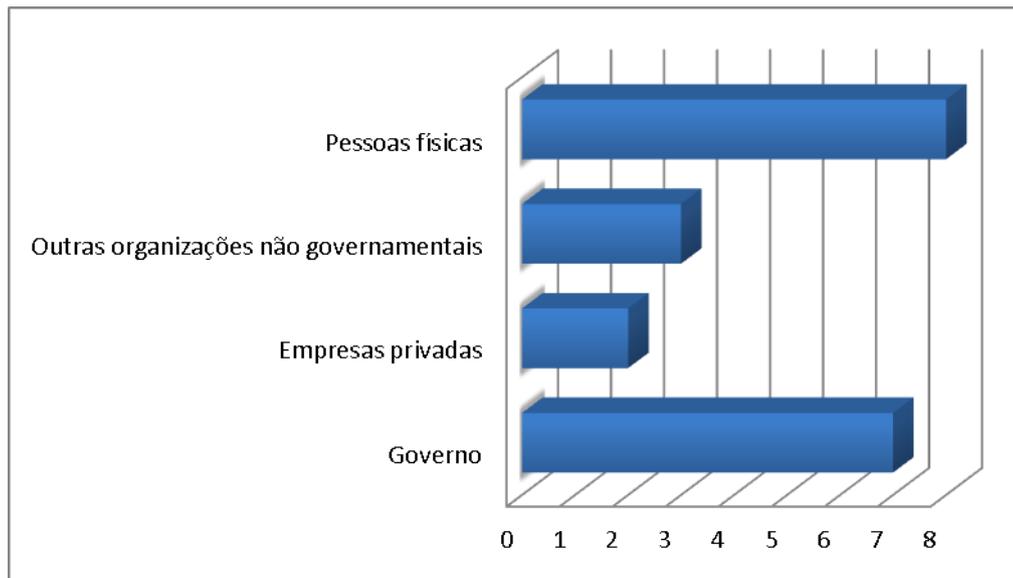
Quase todas as instituições divulgam suas atividades através das redes sociais, do “boca a boca” e ainda utilizam-se de cartazes. Quatro delas também informaram que fazem a divulgação em jornais e rádios. A questão permitia mais de uma resposta. Nota-se que apesar da grande disseminação de propaganda através de rede sociais os cartazes não foram retirados de circulação, o famoso “boca a boca” acontece a partir principalmente de eventos criados pela própria instituição, como forma de atrair a sociedade para suas atividades e fins. Nota-se a pouca profissionalização da divulgação.

**Gráfico 5 – Formas de participação do público**



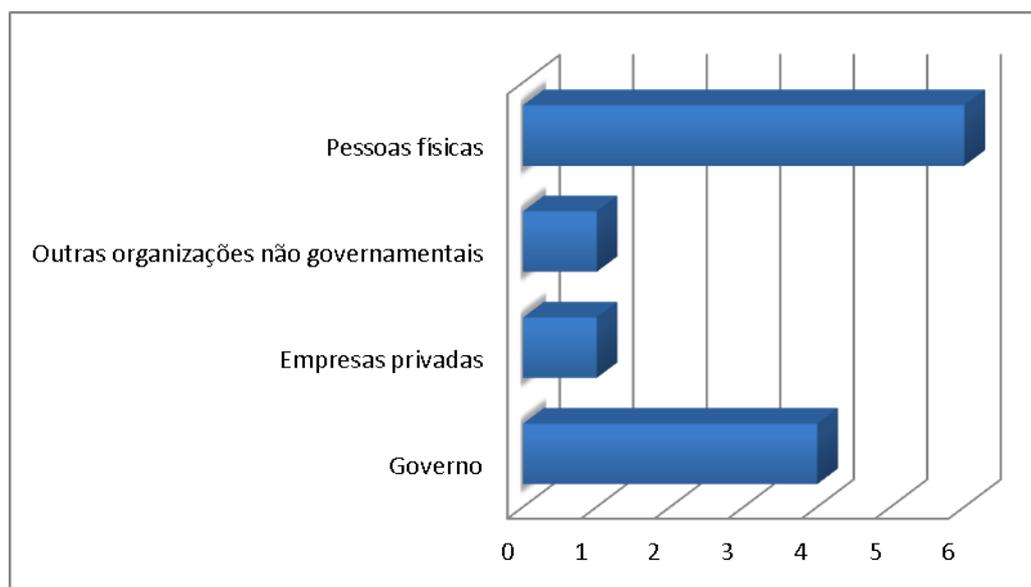
Quase todas as instituições informaram que o público participa realizando doações, e 5 também com voluntariado, 3 delas também informaram que eles realizam visitas e outras 3 também que auxiliam a divulgar as instituições. A questão permitia mais de uma resposta. As instituições informam que o público é bastante ativo nesta participação, sempre demonstrando bastante interesse e curiosidade, pois além das próprias doações, realizam voluntariado, divulgam as mesmas e realizam visitas aos beneficiados.

**Gráfico 6 – Doadores**



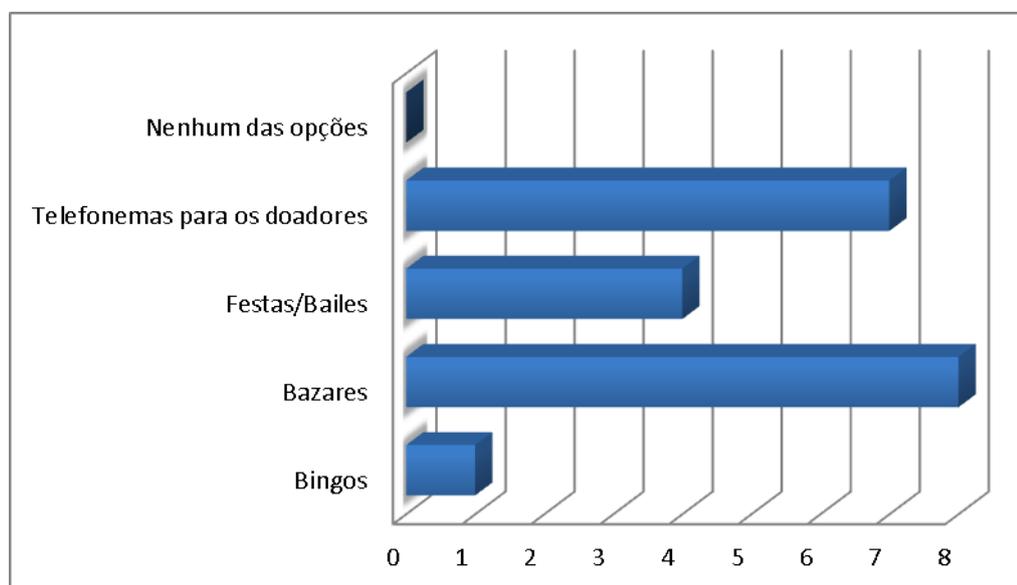
Em relação às doações, todas as instituições informaram que recebem doações de pessoas físicas, sendo que 7 delas também informaram que recebem doações do governo, 3 também contam com doações de outras instituições, e apenas 2 também recebem doações de empresas privadas. A questão permitia mais de uma resposta. Esses dados confirmam o que foi descrito por Paes (2006), ou seja, uma das principais características do Terceiro Setor é que o mesmo recebe doações de empresas e pessoas físicas e, também, repasse de verbas públicas.

**Gráfico 7 – Principais doadores**



Seis instituições informaram que seus principais doadores são as pessoas físicas, sendo que 4 delas também informaram que recebem principalmente verba do governo. Uma ainda recebe doações de outras instituições e mais uma de também empresas privadas. A questão permitia mais de uma resposta.

**Gráfico 8 – Atividades para auxiliar na arrecadação**

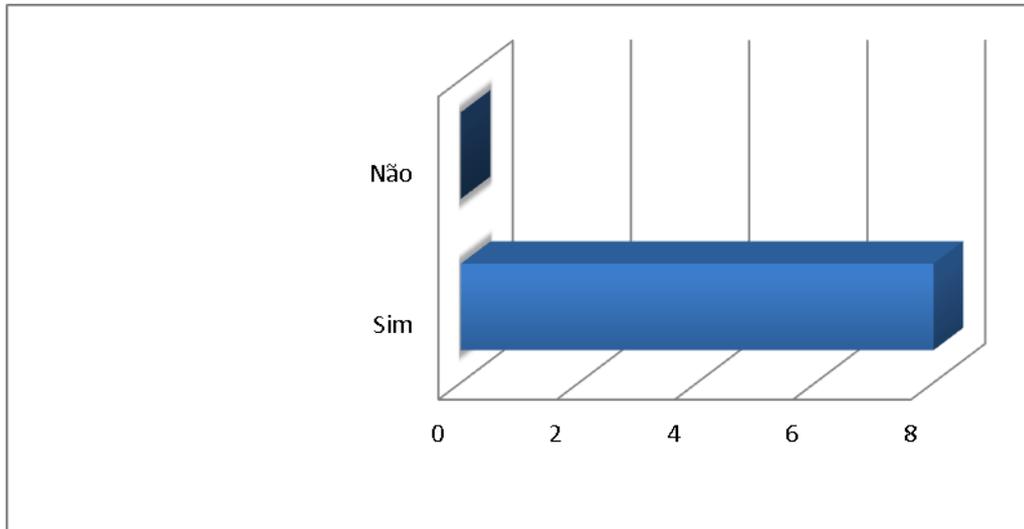


Os bazares são uma importante fonte de recursos, seguidos dos telefonemas para os doadores, 4 também informaram que realizam festas/bailes e apenas 1 também realiza o bingo. A questão permitia mais de uma resposta.

Através dos bazares, que em sua maioria são de roupas doadas pelos próprios voluntários, as instituições conseguem alavancar seus recursos financeiros, assim como os telefonemas os quais permitem que o doador realize depósitos bancários. As festas e bailes são promovidos

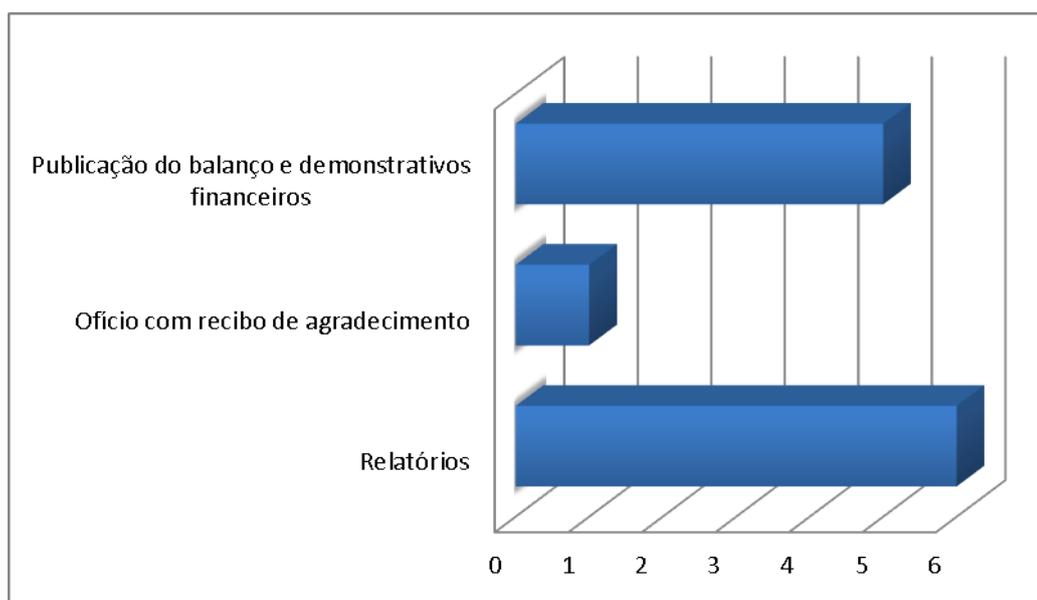
pelos parceiros ou pela própria Prefeitura, como exemplo o anual Baile da Solidariedade, os quais sensibilizam grandes empresários e empresas da região para contribuir com cada instituição.

**Gráfico 9** – Existência da prestação de Contas



Todas as instituições informaram que prestam de contas das suas atividades. De fato a *accountability* tornou-se fator de sustentabilidade, uma vez que as organizações estão inseridas em um ambiente competitivo por recursos financeiros e não financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos (MILANI *apud* TORRES *et. al.*, 2011 p. 94).

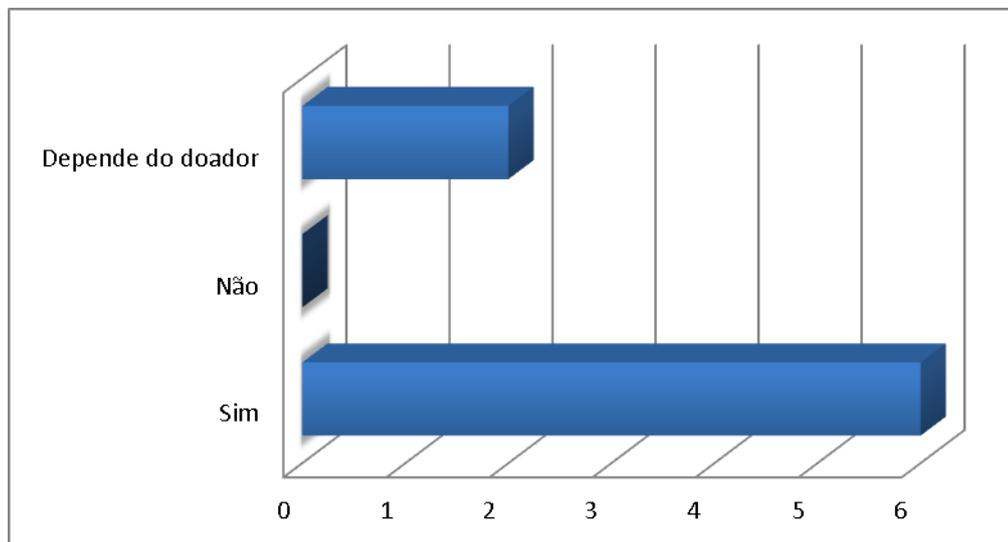
**Gráfico 10** – Formas de prestação de contas



A maioria das instituições informaram que emitem relatórios para seus doadores, e 4 delas também publicam o balanço, apenas 1 também informou que emite um ofício para agradecimento. A questão permitia mais de uma resposta. Segundo Torres *et. al.*(2011 p.95) todas as entidades e ONGs devem ter a preocupação de direcionar sua prestação de contas, não apenas aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mas também a toda sociedade, através de relatórios claros e objetivos para que todos possam compreender.

A prestação de contas é realizada por meio de relatórios fiscais, planilha de contas, livros contábeis entre outras formas, as quais esclareçam o que foi gasto e o que não foi concretizado. É explicado por meio de notas fiscais, cupons fiscais e recibos todos os valores recebidos e valores utilizados para necessidade da instituição. Normalmente é realizada mensalmente e por fim gerado um relatório geral no fim de cada ano. Tais relatórios possuem objetivo de esclarecer tudo o que a instituição faz com as doações e por finalidade não perder credibilidade e fidelidade de seus doadores.

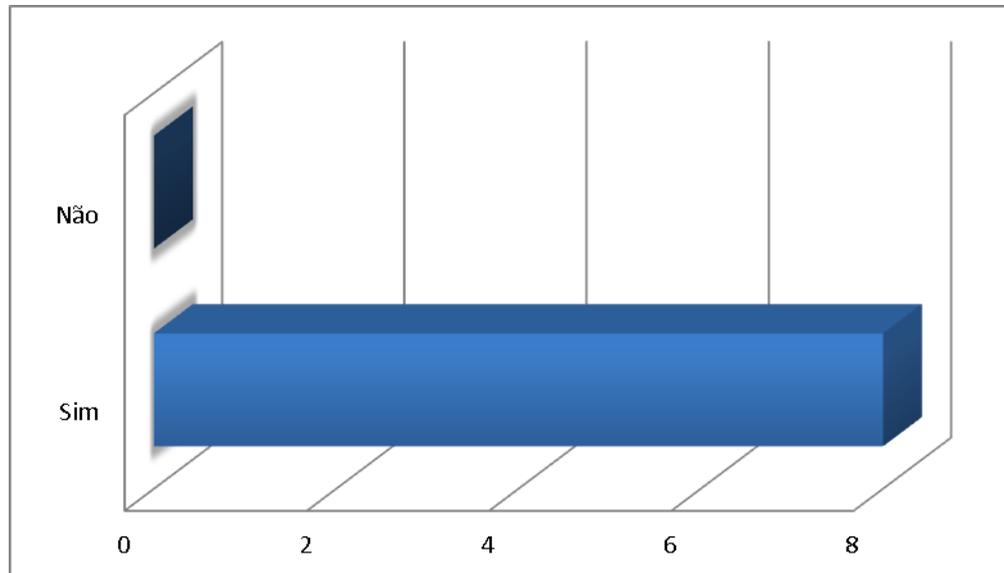
**Gráfico 11** – Existência de algum tipo de obrigatoriedade



Quase todas as instituições informaram que existe a obrigatoriedade para prestação de contas, e apenas 2 informaram que depende do doador. Mota (2006) entende que *accountability* “consiste na relação obrigacional que determina que quem recebeu um múnus de alguém deve prestar esclarecimentos de seus atos, motivando-os, e, se apurada alguma irregularidade, estará sujeito a sanção”.

Entidades que se importam com a prestação de contas têm o objetivo de continuar com seus doadores e ganhar a fidelidade de outros parceiros. Ao receber qualquer tipo de doação do governo é preciso realizar prestação de contas, a recomendável esclarecer o que está fazendo com os valores recebidos são importantes para não perder a doação. A mesma recomendação se aplica os doadores avulsos, isso fortalece a fidelidade dessas doações.

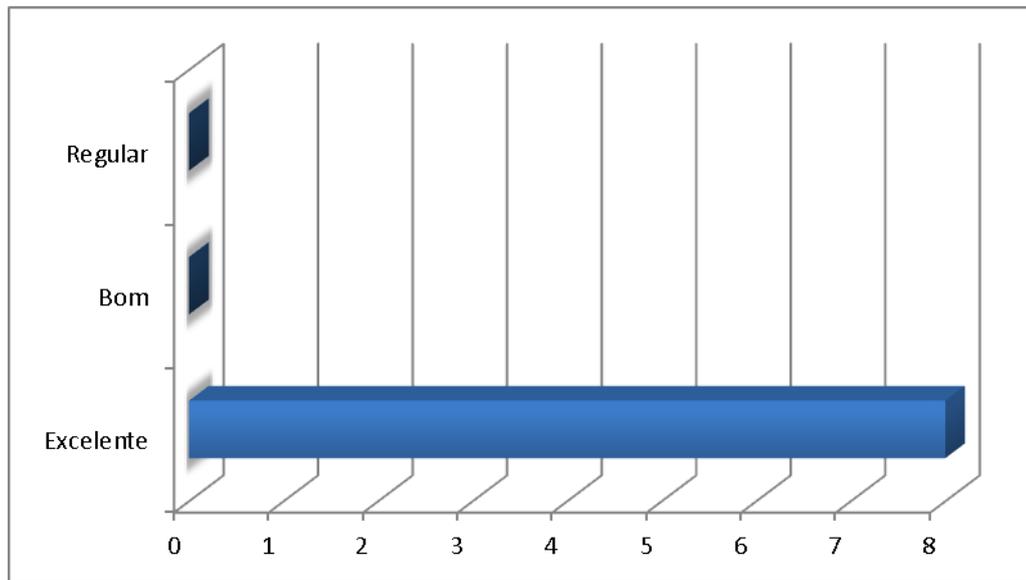
**Gráfico 12** – Importância para obtenção de novos recursos



Todas as instituições informaram que suas práticas de prestação de contas são importantes para obtenção de novos recursos. De acordo com Cameron (*apud* NAKAGAWA *et. al.* 2007), *accountability* é um importante elemento que caracteriza a boa governança no setor governamental, pois envolve a obrigação de se responder pelos resultados de decisões ou ações, frequentemente, para prevenir o mau uso do poder e outras formas inadequadas de comportamento. Os interessados nas informações podem estar tanto dentro como fora da organização.

É um dos principais interessados na prestação de contas das entidades é o governo, pois é a ele que a prestação de contas é direcionada em conformidade com a lei, com os contratos e convênios. Outros interessados são os financiadores, parceiros e doadores (TORRES *et. al.* 2011, p.95).

Gráfico 13 – Grau da prestação de contas



Todas as instituições informaram que o grau das prestações de contas é excelente. Segundo Torres et. al.(2011, p.95) todas as entidades e ONGs devem ter a preocupação de direcionar sua prestação de contas, não apenas aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mas também a toda sociedade, através de relatórios claros e objetivos para que todos possam compreender. Para que a *accountability* aconteça são necessários instituições e autores sociais que tenham a capacidade de exigir a prestação de contas dos representantes e de sancioná-los, caso ajam ilegalmente ou se contraponham às expectativas dos eleitores. (PEREZ, 2010 p.41). Esta prestação de contas é muito importante, pois através dela que são esclarecidos os gastos e o que foi realizado.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal identificar como as organizações do terceiro setor em Santos praticam a *accountability*. Para tanto, foi sistematizado que é a *accountability*, o terceiro setor, identificando as organizações pertencentes e este grupo em Santos e de que forma elas prestam contas de suas atividades a todos os seus *stakeholders*.

Após a análise dos dados coletados foi confirmada a hipótese da pesquisa, de que todas as instituições zelam pela transparência e credibilidade de seus projetos sociais desenvolvidos junto a comunidade, praticando a *accountability*, através de relatórios, publicação do balanço e demonstrativos financeiros, e de ofícios como forma de agradecimento.

Esta prestação de contas está fortemente explícita nestas organizações, inclusive em algumas delas pode-se notar o próprio balanço publicado no jornal nos murais da instituição, de forma clara aos visitantes, colaboradores e próprios beneficiados. Os ofícios são padronizados e em épocas festivas com mensagens personalizadas (Natal, Páscoa, etc.). No entanto, as práticas de prestação de contas se direcionam mais aos grandes doadores, e a mesma pode ser estendida a toda a população.

## 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, MARCELO SANTOS. **Accountability, governo local e democracia: investigação em portais municipais do estado da Bahia.** Salvador: 2007

BARROS, JORGE LUIZ RODRIGUES DE. “Qualidade da democracia e *accountability*: o Brasil pode ser medido”? Brasília, 2008.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes/pnas.pdf>> acesso em 20 de Abril de 2013.

\_\_\_\_. **LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social, de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm) > acesso em 20 de Abril de 2013.

CAMPOS, ANNA MARIA. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990.

CENEVIVA, RICARDO. **Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente.** Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/publicos/files/2012/03/ricardoceneviva.pdf>> Acesso em 16 de Abril de 2013.

COELHO, SIMONE DE CASTRO TAVARES. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e estados unidos** – 2 ed. - São Paulo: Senac , 2002.

CHIAVENATO, IDALBERTO. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CUNHA, LUCIANA GROSS CIQUEIRA. **Ouidoria: mecanismo de controle democrático.** 2000. Disponível em:<<http://biblioteca.clacso.edu.ar//ar/libros/anpocs00/gt12/00gt1234.doc>> Acesso em 19 de Abril de 2013.

FERNANDES, RUBEM CÉSAR. **Terceiro setor desenvolvimento social sustentado.** São Paulo, 1995.

GRANT, R. W., & KEOHANE, R. O. (2005). **Accountability and Abuses of Power in World Politics.** The American Political Science Review, 99(1), 29-43, 2005.

KUMAR, SARABAJAYA. “O gerenciamento da *accountability* em ONGs”; In: NEVES, Maria da Graça Ribeiro; COSTA, Delaine Martins. **Gênero e Ong’s: Propostas para o fortalecimento institucional;** Rio de Janeiro: IBAM/ ENSUR/NEMPP, 1995 Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/download/3857/2862>> acesso em 25 de Março de 2013.

LACOMBE, FRANCISCO JOSÉ; HELBORN, GILBERTO LUIZ JOSÉ. **Administração-Princípios e tendências.** São Paulo: Saraiva 2003.

MAURIEL, ANA PAULA ORNELLAS. **Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira** 2009. 10 f. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

MAXIMIANO, ANTÔNIO CÉSAR AMAURI. **Introdução à Administração.** São Paulo: Atlas, 2007.

MOTA, ANA CAROLINA YOSHIDA HIRANO ANDRADE. **Accountability no Brasil: os cidadãos e os seus meios institucionais de controle dos representantes**. 2006. 250 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado)— Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NAKAGAWA, MASAYUKI. *et. al.* **ACCOUNTABILITY: A Razão de Ser da Contabilidade** v. 1, n. 3, art. 5, p. 83-100 ISSN 1981-8610 set/dez. 2007. Disponível em: < <http://repec.org.br/index.php/repec/article/viewArticle/17>> acesso em 19 de Abril de 2013.

PAES, JOSÉ EDUARDO SABO. **Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social: Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis, Trabalhistas e Tributários** 6. Ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

PALUDO, AUGUSTINHO VICENTE. **Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e LRF**. 2. ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2011.

PAUL, SAMUEL. **Accountability in public services: exit, voice and control**. *World Development* 29, 7 (julho) p. 1047 – 1060. 2002.

PEREZ, OLIVIA CRISTINA. **ONGs e governo: Um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos (as) de rua no centro de São Paulo e as relações com a administração municipal** 2005. 207 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado)— Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Representação em Arenas Extraparlamentares: Os Conselhos Gestores de Políticas** 2010. 174 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado)— Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PINHO, JOSÉ ANTONIO GOMES DE. **INVESTIGANDO PORTAIS DE GOVERNO ELETRÔNICO DE ESTADOS NO BRASIL: MUITA TECNOLOGIA, POUCA DEMOCRACIA**. *REV. ADM. PÚBLICA* VOL.42 N. 3 RIO DE JANEIRO, 2008. DISPONÍVEL EM: <<HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0034-76122008000300003>>. ACESSO EM 24 DE ABRIL DE 2013.

PINTO, MARLUCE. **Relatório Final: Comissão Parlamentar de Inquérito** – Brasília, 2002.

SANTAELLA, LÚCIA. **Comunicação e Pesquisa: projetos de mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker, 2002.

SENADO FEDERAL, 2010. **RELATÓRIO FINAL**. N° , de 2002. **Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as irregularidades envolvendo organizações não-governamentais**. Disponível em: <[www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=56352](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=56352)>, acesso em 18 de Março de 2013.

SZAZI, EDUARDO. **Terceiro setor: regulação no Brasil** – 4 ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TACHIZAWA, TAKESHY. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação** – 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TAYLOR, MATTHEW M. & BURANELLI, VINÍCIUS C. (2005). **Acabando em pizza: O processo de responsabilização pela corrupção no governo federal**. Trabalho apresentado no Encontro da ANPOCS.

TENÓRIO, FERNANDO GUILHERME. **Gestão das ONGs: principais funções gerais** – 9. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

TORRES *et. al.* **Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/1206/1142>>, acesso em 25 de Março de 201

VAITSMAN, JENI. *et. al.* **Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.14, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000300009>>. Acesso em: 24 de Abril de 2013.